
Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Qualicorp Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Qualicorp Corretora de Seguros S.A. e sua controlada GA Corretora de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A., incorporada em 30 de dezembro de 2017 ("Consolidado"), que compreendem as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

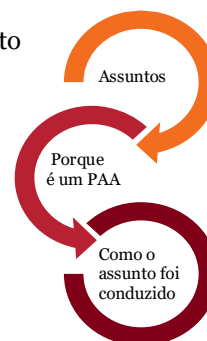
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qualicorp Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita (Notas 3(viii) e 29 (iv))

A principal fonte de receita da Companhia é a taxa de corretagem, cujo reconhecimento ocorre de duas formas: (i) via agenciamento (no momento da venda de um novo plano) ou (ii) pela taxa de corretagem vitalícia (contabilizada mensalmente sobre operações já existentes e mantida durante a vigência dos contratos com os respectivos beneficiários). Com o objetivo de assegurar que a taxa de corretagem seja adequadamente reconhecida no período de competência, o valor registrado no mês de referência é apurado até o dia 10 do mês subsequente. Em decorrência do desenho do negócio, existem diferenças temporais entre o faturamento das taxas de corretagem e o montante a pagar reconhecido pelas operadoras, as quais são frequentemente monitoradas através dos controles internos da Companhia.

O principal risco observado refere-se ao reconhecimento de receita fora do período de competência, considerando a existência de diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- (a) Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles para os ciclos de faturamento e contas a receber e a aplicação de testes nos processos de faturamento e recebimento das taxas de corretagem;
- (b) Atualização do entendimento dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela administração que suportam a contabilização das taxas de corretagem ao longo do exercício;
- (c) Teste, com base em amostragem, dos contratos firmados com os beneficiários e com as operadoras;
- (d) Teste da reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao controle das diferenças temporais relacionadas ao faturamento das taxas de corretagem; e
- (e) Confronto dos recebimentos subsequentes a dezembro de 2017 com a respectiva documentação suporte.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Teste de “impairment” do ágio (Notas 3(xi) e 15)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras, ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 170.170 mil, referente a aquisições realizadas em anos anteriores.

Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:



Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

Porque é um PAA

A Administração elabora, anualmente, teste para avaliar a necessidade, ou não, de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de *impairment*).

O referido teste de *impairment* foi considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria, devido à relevância do ágio e por envolver julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, em relação às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio é alocado. Variações nas principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento das receitas e taxa de desconto, preço médio dos planos de saúde, taxa de sinistralidade, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável do ágio e não identificou a necessidade de registro de perdas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- (a) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela Administração para projetar os fluxos de caixa descontados, principalmente no que se refere às taxas de desconto, de crescimento das receitas e margens no período projetado e na perpetuidade, bem como comparação dos cálculos com as informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com os dados históricos, quando aplicável.
- (b) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa futuro e confirmação de que as projeções utilizadas são consistentes com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, bem como análise retrospectiva de orçamentos passados como forma de avaliar a assertividade da Administração no processo orçamentário;
- (c) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar em quais situações as variações individuais ou cumulativas resultariam na necessidade de registro de eventual perda não reconhecida.

Consideramos que, no contexto das demonstrações financeiras, os critérios e premissas adotadas pela Administração no teste de “*impairment*” do ágio são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Ambiente de tecnologia da informação

A Qualicorp Corretora de Seguros S.A. é dependente de estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras, o ambiente geral de tecnologia da informação e os controles internos correspondentes são significativamente complexos, com processos distintos e controles fragmentados.

A complexidade e diversidade dos ambientes de controles gerais de tecnologia e de seus controles

Na execução de nossa auditoria, aplicamos procedimentos em relação ao ambiente de tecnologia da informação, incluindo, principalmente, a verificação de determinados controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles



Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

Porque é um PAA

dependentes podem acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras, razão pela qual o ambiente de tecnologia foi considerado como um dos principais assuntos e área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso e segregação de funções.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Fábio'.

Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0

QUALICORP CORRETORA DE SEGUROS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016	
		Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora			Controladora	Consolidado	Controladora	Controladora
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	46.949	294	4.668		Debêntures	16	2.126	4.757	4.757	
Aplicações financeiras	8.2	91.675	939	939		Impostos e contribuições a recolher		13.843	11.828	13.215	
Créditos a receber de clientes	9	38.756	24.715	28.070		Obrigações com pessoal	17	43.124	41.068	41.068	
Outros ativos		8.104	48.548	50.066		Partes relacionadas		3.605	31.178	32.672	
Outros ativos financeiros	10.1	6.580	43.730	45.241		Débitos diversos	18	17.375	13.453	20.233	
Outros ativos não financeiros		1.525	4.818	4.825		Opções de ações de participação dos não controladores	7	-	35.003	35.003	
Partes relacionadas		-	4.481	-		Total do passivo circulante		80.073	137.287	146.947	
Total do ativo circulante		185.484	78.977	83.743		NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Debêntures	16	260.040	258.993	258.993	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	11.646	46.825	46.590		Provisão para riscos	19	3.622	2.863	2.880	
Partes relacionadas		7.141	4.538	4.554		Total do passivo não circulante		263.662	261.856	261.873	
Outros ativos		3.515	557	582		PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros ativos financeiros	10.1	515	557	582		Capital social	20	7.736	7.736	7.736	
Outros ativos não financeiros		3.000	-	-		Reserva de capital		87.245	80.612	80.612	
Total do realizável a longo prazo		22.302	51.920	51.726		Reservas de lucros		132.669	22.863	22.863	
Investimentos	13	174	50.415	174		Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		227.650	111.211	111.211	
Imobilizado	14	38.980	37.148	37.148		Participação dos não controladores no		-	-	1.905	
Intangível	15	324.445	291.895	349.146		patrimônio líquido das controladas		-	-	-	
Total do ativo não circulante		385.901	431.377	438.193		Total do patrimônio líquido		227.650	111.211	113.116	
TOTAL DO ATIVO		571.385	510.354	521.936		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		571.385	510.354	521.936	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUALICORP CORRETORA DE SEGUROS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29 iv	659.394	708.273	664.121	704.250
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(71.706)	(71.706)	(59.065)	(59.065)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas	23	(156.092)	(161.028)	(145.799)	(150.424)
Despesas comerciais	24	(241.651)	(242.159)	(285.887)	(287.194)
Perdas com créditos incobráveis	9	(128)	(206)	(1.476)	(1.929)
Equivalência patrimonial	13	31.400	-	22.025	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	(2.002)	(2.002)	977	977
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		219.215	231.172	194.895	206.615
Receitas financeiras	25	10.685	11.583	38.812	39.171
Despesas financeiras	25	(38.283)	(38.300)	(69.772)	(69.842)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		191.617	204.455	163.935	175.944
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27	(58.646)	(64.443)	33.406	28.998
Corrente		(23.467)	(29.499)	(7.740)	(12.551)
Diferido		(35.179)	(34.944)	41.146	41.549
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		132.971	140.012	197.341	204.942
ATRIBUÍVEL A					
Participações dos acionistas controladores		132.971	132.971	197.341	197.341
Participações dos não controladores		-	7.041	-	7.602
		132.971	140.012	197.341	204.943
LUCRO POR AÇÃO					
Básico (reais por ação)		0,00046	0,00046	0,00069	0,00069
Diluído (reais por ação)		0,00046	0,00046	0,00069	0,00069

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUALICORP CORRETORA DE SEGUROS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	132.971	140.012	197.341	204.942
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	132.971	140.012	197.341	204.942
ATRIBUÍDO A				
Acionistas controladores	132.971	132.971	197.341	197.341
Acionistas não controladores	-	7.041	-	7.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUALICORP CORRETORA DE SEGUROS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação dos não controladores		Total consolidado
			Opções outorgadas de ações	Legal	Outros	Participação dos não controladores			Opção de ações - não controladores		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		107.736	68.296	21.092	170.716	-	367.840	29.373	(26.993)	370.220	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	197.340	197.340	7.602	-	204.942	
Constituição de reserva legal		-	-	1.547	-	(1.547)	-	-	-	-	
Redução de reserva legal		-	-	(21.092)	-	21.092	-	-	-	-	
Redução de capital		(100.000)	-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)	
Apropriação de opções outorgadas reconhecidas	21	-	12.316	-	-	-	12.316	-	-	12.316	
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	(170.716)	(184.653)	(355.369)	(8.077)	-	(363.446)	
Destinação de Juros sobre capital próprio a controladores		-	-	-	-	(10.916)	(10.916)	-	-	(10.916)	
Dividendo adicional proposto		-	-	-	21.316	(21.316)	-	-	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		7.736	80.612	1.547	21.316	-	111.211	28.898	(26.993)	113.116	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	132.972	132.972	7.041	-	140.013	
Apropriação de opções outorgadas reconhecidas	21	-	6.633	-	-	-	6.633	-	-	6.633	
Distribuição de dividendos antecipados a controladores		-	-	-	-	(40)	(40)	-	-	(40)	
Distribuição de dividendos	.	-	-	-	(21.316)	-	(21.316)	(8.943)	-	(30.259)	
Destinação de juros sobre capital próprio a controladores	20	-	-	-	-	(1.810)	(1.810)	-	-	(1.810)	
Dividendo adicional proposto		-	-	-	131.122	(131.122)	-	-	-	-	
Exercício de opção de compra	1.b) i	-	-	-	-	-	-	(26.996)	26.993	(3)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		7.736	87.245	1.547	131.122	-	227.650	-	-	227.651	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		191.617	204.455	163.935	175.944
Ajustes por:					
Depreciações e amortizações	23	58.942	61.834	61.392	64.665
Perda por redução ao valor recuperável	26	842	842	3.779	3.779
Equivalência patrimonial	13	(31.400)	-	(22.025)	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	14	(300)	(300)	(14)	(14)
Opções outorgadas reconhecidas	21	6.633	6.633	12.316	12.316
Receitas/Despesas financeiras		34.172	34.173	74.865	58.838
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		758	741	(3.444)	(3.535)
		261.264	308.378	290.804	311.993
Variação dos ativos e passivos operacionais:					
(Redução) de créditos a receber de clientes		(13.120)	(10.686)	(3.894)	(2.667)
Aumento (redução) de outros ativos		38.500	38.344	(3.014)	(4.003)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher		(17.482)	(17.959)	(12.538)	4.718
Aumento de obrigações com pessoal		2.056	2.056	21.499	21.499
Aumento (redução) de débitos diversos		4.374	3.939	(2.513)	(2.032)
Aumento (redução) partes relacionadas		(30.696)	(31.654)	(5.049)	(2.744)
Caixa proveniente das operações		244.896	292.418	285.295	326.764
Juros pagos sobre debêntures	16	(31.593)	(31.593)	(59.518)	(59.518)
Dividendos recebidos de controladas	20	26.829	-	24.232	-
Dividendos pagos para acionistas não controladores	20	-	(8.943)	-	(8.077)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.698)	(10.912)	(6.787)	(10.840)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		234.434	240.970	243.222	248.329
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento de caixa devido a incorporação da GA	1 b.i	4.660	-	-	-
Investimento no ativo intangível		(32.048)	(38.298)	(47.225)	(49.273)
Aquisição de ativo imobilizado		(7.336)	(7.336)	(1.723)	(1.702)
Valor pago na aquisição da GA Corretora	7	(40.962)	(40.962)	-	-
Aumento de aplicações financeiras		(90.736)	(90.736)	(939)	(939)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(166.422)	(177.332)	(49.887)	(51.914)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Valores pagos de debêntures emitidas	16	-	-	(409.450)	(409.450)
Valores recebidos de debêntures emitidas	16	-	-	572.000	572.000
Redução de capital	20	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos pagos		(21.356)	(21.356)	(355.369)	(355.369)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(21.356)	(21.356)	(292.819)	(292.819)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		46.656	42.282	(99.484)	(96.404)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	8	294	4.668	99.778	101.072
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		46.949	46.949	294	4.668

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



QUALICORP CORRETORA DE SEGUROS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações Gerais

a) Contexto operacional

A Qualicorp Corretora de Seguros S.A. (“Qualicorp Corretora” ou “Companhia”) é uma sociedade controlada pela Qualicorp S.A. (“Grupo Qualicorp”), que iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo. A Companhia efetua operações de corretagem, franquias, intermediação e consultoria em gestão de benefícios. Suas atividades estão inseridas nos segmentos de: (i) planos privados de assistência à saúde, cujos provedores são as medicinas de grupo, seguradoras especializadas em saúde, cooperativas médicas, autogestões, entidades filantrópicas, cooperativas odontológicas e odontologias de grupo (“operadoras de planos de saúde”); (ii) comercialização e gestão de outros seguros ou serviços complementares voltados à saúde; e (iii) desenvolvimento e distribuição de seguros massificados através dos canais de varejo, como seguro de vida, capitalização, seguro residencial, de proteção financeira, garantia estendida e renda garantida. Os planos privados de saúde e demais seguros e serviços complementares são denominados conjuntamente como “benefícios”.

A Companhia desenvolve suas atividades nos segmentos de mercado conhecidos como Grupos de Afinidades e Empresarial. O segmento Grupos de Afinidades possui atividades relacionadas à corretagem e/ou intermediação de benefícios coletivos por adesão direcionados a entidades de classes (sindicatos, associações, conselhos regionais, etc.) e no Segmento Empresarial (também conhecido como Corporativo) sua atuação está relacionada com a corretagem e intermediação de benefícios coletivos empresariais, e adicionalmente atua neste segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando a gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes.

As operações são conduzidas pela Companhia através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

b) Principais eventos ocorridos em 2017

- i. Aquisição de Controlada GA Corretora de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. (nota explicativa nº 7)

Conforme aprovação do Conselho de Administração, foi exercida, com pagamento em 3 de outubro de 2017 a opção de compra de ações pela Companhia da parte do acionista não controlador (25% remanescentes). O pagamento deste passivo financeiro, referente a essa opção, foi de R\$40.962.

Neste momento, a Companhia passou a não ter mais acionistas não controladores, e portanto efetuou as baixas das rubricas do patrimônio líquido: (i) “Participação dos não controladores” no valor de R\$26.996 e (ii) “Opção de ações – não controladores” no valor de R\$ 26.993.

- ii. Reestruturação societária da controlada GA Corretora de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. (nota explicativa nº 13)

Em 31 de dezembro de 2017 foi realizada a incorporação total da GA Corretora pela Qualicorp Corretora, tendo como efeito a extinção da controlada incorporada.



A incorporação total da controlada conforme protocolo e justificção de incorporação constante nos ato societário beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos da sociedade envolvida, bem como a racionalização operacional e administrativa, o que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, societários e estruturais.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da GA Corretora na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base nos balanços patrimoniais encerrados em 31 de agosto de 2017, conforme laudo de avaliação aprovado em AGE de 27 de novembro de 2017:

Acervo líquido incorporado da GA Corretora de Seguros			
Ativo circulante:		Passivo circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	100	Tributos e encargos sociais a recolher	215
Aplicações financeiras	12.380	Débitos diversos	27.494
Contas a Receber	3.225	Provisões	1.067
Outros valores e bens	18	Total do passivo circulante (B)	28.776
Créditos a compensar	2.046		
Total do ativo circulante	17.769	Total do passivo não circulante (C)	-
		Acervo líquido (A) – (B) – (C)	12
Ativo não circulante:		Variação do acervo líquido no período de 31 de agosto de 2017 (data-base do laudo da incorporação) até 31 de dezembro de 2017 (data-base da efetiva incorporação) (D)	
Intangível	11.019		8.507
Total do ativo não circulante	11.019	Efeito contábil da incorporação em 31 de dezembro de 2017 (A) – (B) – (C) + (D)	8.519
Total do ativo (A)	28.788		

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

I. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais, e quando aplicável consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações apresentadas nessas demonstrações contábeis são as mesmas utilizadas pela Administração para gerir os negócios da Companhia, que optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado quando aplicável.

II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 3.



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Qualicorp. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo Qualicorp for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando, inclusive, que as operações têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos (nota explicativa nº 15.i) e aos direitos de exclusividade, respectivamente são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando, inclusive, que as operações têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.



Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; e
- No reconhecimento inicial, é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

ii. Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecida na conta “Reserva de reavaliação de investimentos” é reclassificado para o resultado.

iv. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem principalmente: Caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber de clientes e outros ativos financeiros.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

A Companhia não possui passivos classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os “outros passivos financeiros” são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.



II. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna, e não são mantidos para vencimento e outros fins.

III. Aplicações financeiras

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se em operações de menor risco, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado, certificado de depósito interbancário – CDI e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%.

IV. Créditos a receber de clientes

A Companhia desenvolve atividades relacionadas com corretagem e intermediação de benefícios coletivos por adesão e empresariais; adicionalmente, atua neste segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando a gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes, como também atua no desenvolvimento e distribuição de seguros massificados, como seguro de vida, capitalização, seguro residencial, de proteção financeira, garantia estendida e renda garantida.

V. Provisão para devedores duvidosos

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber de clientes. Os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

VI. Combinação de negócios e investimentos em controladas

i. Demonstrações financeiras consolidadas

Cada combinação de negócios é contabilizada pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, incluindo o valor justo dos ativos intangíveis relativos a relacionamento de clientes e softwares, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderá ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

O ágio corresponde a um ativo representando os benefícios econômicos futuros (“rentabilidade futura”) decorrentes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente nem reconhecidos separadamente, sendo mensurado, portando, como o excesso da soma da



contrapartida transferida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta.

Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Os contratos de aquisição de negócios que contenham cláusula de opções de venda e que permitam aos acionistas não controladores requererem que a Companhia compre as participações dos não controladores são tratados como instrumentos financeiros de patrimônio e reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor presente da obrigação estimada e mensurados em cada período de relatório. O valor estimado da obrigação é determinado através da expectativa de saída de caixa a valor presente e o movimento na variação do passivo é reconhecido no resultado do exercício.

ii. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

VII. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis (nota explicativa nº 14).

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

VIII. Intangível

Está representado principalmente por: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridos de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e software em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.



O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

(*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica “Investimentos em controladas”, líquidos das amortizações e baixas.

IX. Redução ao valor recuperável do ativo do imobilizado e intangível

Imobilizado e ativos intangíveis de vida útil definida

Ao fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto no caso de ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

vi. Debêntures

Estão representados por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação.



Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução de captações de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida - debêntures são contabilizadas a débito de debêntures, e amortizados no resultado, no prazo da operação.

vii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos é gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

viii. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de apólices de seguros, de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

- a) Receita de agenciamento: corresponde à remuneração única sobre o montante das novas vendas efetuadas que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras; inclui, ainda, a taxa de cadastramento paga pelo beneficiário à Companhia no momento da sua adesão ao respectivo plano (receita oriunda dos contratos coletivos por adesão) quando efetuada a venda pela equipe própria da Companhia.
- b) Receita de corretagem: corresponde à corretagem sobre as operações de vendas de seguros e planos de saúde e odontológicos e distribuição de seguros massificados através dos canais de varejo, tais como seguro de vida, capitalização, seguro residencial, garantia estendida e seguro de proteção financeira, as quais são apropriadas mensalmente.
- c) Receitas de consultoria e de gestão de benefícios: correspondem à remuneração mensal de serviços de consultoria prestados aos clientes corporativos pela Companhia e aos clientes do segmento afinidades pela controlada GA Corretora de Seguros (Incorporada), Consultoria, Administração e Serviços S.A até 31 de dezembro de 2017.

ix. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

A controlada optou pela tributação sistemática do lucro presumido para fins de tributação, constituída à alíquota de 32% sobre a receita operacional bruta acrescida das receitas financeiras.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros



tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

x. Provisão para riscos

As provisões para riscos são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos do Grupo, considera o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias, incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

A provisão de sinistralidade é constituída com base nos dados dos beneficiários em conjunto com cálculos atuariais e tem por objetivo cobrir futuros custos dos colaboradores do Grupo Qualicorp e que são os beneficiários deste plano, com as sinistralidades de assistência à saúde.

xi. Participações sobre o lucro e opções de compra de ações

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia são classificadas como custo ou despesa operacional. A Qualicorp S.A. e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados de opções de compras de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (veja nota explicativa nº 21). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta “Reserva de capital - opções outorgadas de ações”.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva” que registrou o benefício aos empregados.

xii. Contabilização dos dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Outras obrigações”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido.

xiii. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de sua controlada (incorporada).



4. Principais Estimativas e Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotam estimativas e premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

i. Imposto de renda e contribuição social diferidos; ii. Redução ao valor recuperável de ativos; iii. Provisões para riscos; e iv. Provisão para devedores duvidosos.

5. Instrumentos Financeiros

i. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos.



Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Controladora				Consolidado			
	31/12/2017				31/12/2016				31/12/2016			
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro	Custo amortizado	Passivo financeiro	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro	Custo amortizado	Passivo financeiro	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro	Custo amortizado	Passivo financeiro
		mensurado pelo valor justo por meio do resultado		mensurado pelo valor justo por meio do resultado		mensurado pelo valor justo por meio do resultado		mensurado pelo valor justo por meio do resultado		mensurado pelo valor justo por meio do resultado		mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:												
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras de liquidez imediata		39.909				47				4.387		
Aplicações financeiras	-	91.675	-	-	-	939	-	-	-	939	-	-
Créditos a receber de clientes	38.756	-	-	-	24.715	-	-	-	28.070	-	-	-
Outros ativos financeiros	6.580	-	-	-	44.287	-	-	-	45.823	-	-	-
Passivos financeiros:												
Debêntures	-	-	-	262.166	-	-	-	263.750	-	-	-	263.750
Obrigações com pessoal	-	-	43.124	-	-	-	41.068	-	-	-	41.068	-
Débitos diversos - passivo circulante	-	-	17.375	-	-	-	13.453	-	-	-	20.233	-
Opção de ações de participação dos não controladores - passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	35.003	-	-	-	35.003

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensuração de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Descrição	31/12/2017		
	Nível 1	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado- Aplicações financeiras	39.909	-	39.909
Descrição	31/12/2016		
	Nível 1	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado- Aplicações financeiras	4.387	-	4.387
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado- Débitos diversos - passivo não circulante			
Opção de ações de participação de não controladores	-	35.003	35.003

Durante o exercício, não ocorreram transferências entre níveis.



Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos ativos financeiros:

	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.003
Ganhos e perdas totais no resultado:	
Atualizações das obrigações a pagar e opções de ações de participação de não controladores - GA Corretora	5.789
Complemento da opção de compra - participação minoritário	170
Pagamento das ações de participação de não controladores ref. Incorporação de GA Corretora	(40.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-

Com relação aos passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia mantinha os seguintes passivos financeiros:

i. Opção de ações de participação de não controladores - passivo não circulante

A Companhia tinha compromissos contratados em 2016 referente a opções de ações de participações de não controladores relativos à aquisição de participação na GA Corretora em 2016 no valor de R\$35.003. Já em 2017 foi exercida opção de compra e pagamento no dia 3 de outubro de 2017 no valor de R\$40.791 (nota explicativa nº 7) e baixado o passivo financeiro.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

ii. Gerenciamento dos principais riscos

A Companhia efetua operações de corretagens e consultoria através de suas atividades, substancialmente no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Companhia possui controles internos que garantem que essas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que estão assim resumidos:



Rubrica	31/12/2017		31/12/2016	
	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Controlada	
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Ativo circulante	8	39.909	4.387
Aplicações financeiras	Ativo circulante	8.2	91.675	939
Debêntures (ii)	Passivo circulante e não circulante	16	(266.166)	(263.750)
Total de exposição			(134.582)	(258.424)

- i. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços (nota explicativa nº 8).

A política de aplicações financeiras adotada pela Administração da Companhia estabelece as instituições financeiras com as quais a controladora e sua controlada podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos e conforme mencionado na nota explicativa nº 3.iii.

- ii. As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), acrescida de spread de 1,30% a.a. (1,30% em 2016), sendo devida semestralmente, a partir da data da emissão, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

Análise sensitiva de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia, em decorrência, por exemplo, de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017 se as taxas de juros do CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, então o lucro líquido do exercício, antes dos efeitos tributários, aumentaria/diminuiria em R\$2.339 (R\$4.434 em 2016).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno de suas aplicações por meio da otimização do saldo de suas dívidas com capitais de terceiros e capital próprio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures - nota explicativa nº 16) (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa - nota explicativa nº 8) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 20).

A Companhia está sujeita a certos limites de alavancagem (nota explicativa nº 16 - debêntures).

O índice de endividamento da Companhia está demonstrado conforme segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
	Controlada	
Dívida (debêntures e empréstimos e financiamentos)	(262.166)	(263.750)
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	46.949	4.668
Dívida líquida	(215.217)	(259.082)
Patrimônio líquido	227.650	113.116
Índice de endividamento líquido	(94,54%)	(229,04%)



Risco de liquidez

Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
Taxa de juros estimada	Menos de seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos	Total	
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2017:					
Debêntures	CDI + 1,30% a.m. (*)	10.829	10.829	282.659	304.317
Obrigações com pessoal	-	43.124	-	-	43.124
Partes relacionadas	3.605	3.605	-	-	3.605
Intangíveis a pagar	1.707	1.707	-	-	1.707
Débitos diversos	15.669	15.669	-	-	15.669
Total		74.934	10.829	282.659	368.422

(*) Considera o valor total da dívida em 31 de dezembro de 2017 não calculada a valor presente.

6. Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade Novas e Revisadas

A Companhia não adotou as CPCs/IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Norma	Descrição
IFRS 9 / CPC 48	“Instrumentos Financeiros”. O pronunciamento CPC 48 (IFRS 9) introduz modificações relacionadas aos requisitos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, especialmente ativos financeiros e também utiliza um novo modelo de ‘ <i>Impairment Test</i> ’ substituindo a abordagem de perda incorrida de crédito pelo modelo de perda esperada de crédito. A IFRS 9 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 / CPC 47	“Receita de Contratos com Clientes”. Esse novo pronunciamento traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A IFRS 15 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS16	“Arrendamento”. Com esse novo pronunciamento os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo relacionado aos pagamentos futuros e os direitos de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os atualmente classificados como operacionais, podendo ficar de fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Os contratos de locações dos escritórios da Companhia somam R\$ 18.049 para o exercício de 2018 (não auditados).



Norma	Descrição
IFRIC23	A IFRIC 23 é uma interpretação do IAS 12/CPC32 – Tributos sobre o Lucro e que será aplicada para identificar incertezas no imposto de renda corrente e diferido, a partir de 1º janeiro de 2019. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como procedimentos adotados pela Companhia na apuração e cálculo dos tributos, que conflitam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e descumprimento de alguma obrigação acessória, etc). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas.
IFRS17	“Contratos de seguros”. Esse novo pronunciamento traz o novo tratamento contábil para contabilização de contratos de seguros tanto para mensuração de passivos quanto no reconhecimento dos lucros. A IFRS 17 entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Os pronunciamentos IFRS 9 e 15 foram emitidos pelo IASB e passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 e serão refletidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2018.

Quanto ao IFRS 9 a Companhia avaliou e não identificou impactos relevantes no resultado.

IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes – Mensuração e Reconhecimento (CPC 47)

A Companhia avaliou os impactos desta norma com os seguintes impactos no resultado:

- i. A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, serão capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Companhia.

Impactos da adoção do IFRS 15 (CPC 47) nas demonstrações financeiras

Balço patrimonial	Divulgado	IFRS 15 (CPC 47)	Após Adoção do IFRS CPC 47
Ativo circulante	185.484	-	185.485
Ativo não circulante	385.901	53.098	438.999
Total do ativo	571.385	53.098	624.484
Passivo circulante	80.073	-	80.073
Passivo não circulante	263.662	-	263.662
Patrimônio líquido	227.650	53.098	280.748
Total do passivo e do patrimônio líquido	571.385	53.098	624.483
Demonstração de resultado			
Receita Operacional Líquida	708.273	-	708.273
Despesas Comerciais	(242.159)	53.098	(189.061)
Outras Despesas	(326.102)	-	(326.102)
Lucro líquido do exercício	140.012	53.098	193.110

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia até o presente momento.



7. Aquisições de Controladas

Em 8 de agosto de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada direta Qualicorp Corretora, celebrou Contrato de Compra e Venda de Cotas e Outras Avenças para aquisição de 60% de participação no capital social da GA Corretora, bem como de opção de compra por parte da Companhia e opção de venda por parte dos acionistas não controladores com relação aos 40% remanescentes. O montante de R\$ 41.797 foi liquidado em 2 de abril de 2014.

Em 1º de setembro de 2014 a Companhia realizou um acordo com os acionistas não controladores no qual exerceu antecipadamente a opção de compra da participação de 15% dos 40% remanescentes, pelo montante de R\$23.250. Esse valor foi totalmente liquidado até 1º de outubro de 2014.

Em 2 de outubro de 2017 o passivo financeiro de R\$40.962, referente a essa opção de compra, foi liquidado (R\$35.003 em 31 de dezembro de 2016). A variação do período de R\$ 5.959 refere-se à atualização desse passivo financeiro e respectivo exercício da opção de compra.

Conforme aprovação do Conselho de Administração, foi exercida, com pagamento em 3 de outubro de 2017 a opção de compra de ações pela Companhia da parte do acionista não controlador (25% remanescentes). O pagamento deste passivo financeiro foi calculado com base em premissas e estimativas relacionadas ao EBITDA ajustado.

Após este pagamento, a Companhia entende que todos os compromissos contratuais dessa aquisição foram concluídos, não havendo ajustes futuros, financeiros ou contábeis, a serem efetuados que possam alterar os valores da combinação de negócios.

Em 31 de dezembro de 2017, ocorreram eventos societários nas controladas diretas e indiretas, conforme nota explicativa nº1 b) ii.

8. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

8.1. Caixa e equivalentes de caixa

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras de liquidez imediata(i)	39.909	47	4.387
Bancos conta depósito	7.018	220	254
Caixa	22	27	27
TOTAL	46.949	294	4.668

- i. A Administração tem como estratégia efetuar aplicações que podem ser resgatadas antecipadamente, independentemente de seus vencimentos. Essas aplicações são compostas por:

Tipo de aplicação financeira:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Operação compromissada(ii)	39.859	-	-
Outros investimentos	50	41	41
CDBs	-	6	4.346
TOTAL	39.909	47	4.387

- ii. Refere-se à operação compromissada com lastro em debêntures. A remuneração é com base de 50% a 65,00% da taxa DI. A operação foi realizada junto aos Bancos Santander e Banco do Brasil.



8.2. Aplicações financeiras

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de investimento financeiro exclusivo Multimercado (i)	91.675	939
Total	91.675	939

- i. Refere-se à fundo de investimento multimercado exclusivo de crédito privado (Dourado Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado), onde as aplicações são representadas por títulos de dívida pública e operações compromissadas.

9. Créditos a Receber de Clientes

	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Cientes a receber (i)	38.756	24.715	28.070
Depósitos não identificados	-	-	-
Total	38.756	24.715	28.070

- i. Referem-se substancialmente a agenciamento, corretagem e consultoria em gestão de benefícios a receber de clientes. O resumo por idade das contas a receber de clientes é o seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Controladora	Controladora	Consolidado
A vencer	36.659	18.682	21.334
Vencidos:			
Até 30 dias	1.502	5.040	5.647
De 31 a 60 dias	538	727	820
Acima de 60 dias (i)	57	266	269
Total	38.756	24.715	28.070

- i. Valores de 31 de dezembro de 2017 foram recebidos quase que integralmente até o dia 29 de janeiro de 2017.

Movimentação da provisão para credito de liquidação duvidosa:

	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	-	-	-
Constituições	128	1.476	1.929
Baixas	(128)	(1.476)	(1.929)
Saldos no fim do exercício	-	-	-



10. Outros Ativos

Compõem-se como segue:

	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
<u>Circulante</u>			
Impostos a recuperar/compensar (i)	2.911	40.497	42.008
Outros ativos circulantes	2.754	2.822	2.822
Adiantamentos a fornecedores	915	411	411
Total do circulante	6.580	43.730	45.241
<u>Não circulante</u>			
Outros ativos não circulantes	515	53	78
Adiantamento a corretores	-	504	504
Total do não circulante	515	557	582
Total geral	7.095	44.287	45.823

(i) Os valores compõem-se como segue:

	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.889	29.466	30.244
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	727	84	518
Programa de Integração Social - PIS a compensar	233	18	193
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	62	10.929	11.052
Outros impostos a recuperar	-	-	1
Total	2.911	40.497	42.008

11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Para fins de demonstração conforme CPC 32(IAS 12) e ICP 09, temos a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo (i)	51.866	80.577	80.577
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo (ii)	(40.220)	(33.752)	(33.987)

i. Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros, conforme segue:

<u>Item</u>	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para atualização monetária sobre aquisição da GA Corretora	24.798	22.770
Provisão Programa participação nos resultados - PPR	12.390	10.642
Benefício fiscal sobre o ágio incorporado (a)	12.319	40.380
Outras provisões	1.951	1.963
Provisão para atualização monetária sobre aquisição da empresa PraxiSolutions	503	503
Provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis - valor de curto prazo	371	239
Provisão de "ajuste ao valor recuperável"	-	4.965
Provisões para riscos - parcela relativa à empresas e/ou períodos sujeitos ao regime de tributação do lucro real	(466)	(885)
Total dos créditos tributários	51.866	80.577

(a) Em 2016 foi firmado contrato de mútuo entre a Companhia e a controlada Qualicorp Corretora, no valor de R\$165.211 cujo vencimento do contrato foi em 16 de janeiro de 2017, gerando despesas com IOF e despesa financeira com mútuo devido às mudanças na legislação fiscal, com a promulgação da lei 12.973/14 que entrou em



vigor a partir de 2015, a Administração, com o apoio de especialistas e a obtenção de respectivos pareceres tributários, revisou os seus posicionamentos fiscais de transações históricas. Em decorrência deste processo, foi identificado benefícios fiscais complementares registrados no 1º semestre de 2016, com a retificação das respectivas obrigações acessórias fiscais dos últimos anos.

Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:

Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias:

Ano	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	46.608
2018	31.626	15.349
2019	5.060	4.655
2020	5.060	4.655
A partir de 2021	10.120	9.310
Total	51.866	80.577

O valor presente do total dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2017 é de R\$43.362 calculados pela Taxa Selic, tendo em vista o prazo estimado de realização das diferenças temporárias.

ii. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	Controladora	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	
Diferenças temporárias sobre a parcela do ágio de empresas incorporadas, amortizado no período, para fins fiscais	36.302	27.789	27.789
Custo na emissão de debêntures	-	(93)	(93)
Sobre o valor justo da aquisição dos investimentos alocados no ativo intangível - relacionamento de clientes	3.918	6.056	6.291
Total	40.220	33.752	33.987



12. Partes Relacionadas

12.1. Saldos e transações com partes relacionadas

A companhia possui as seguintes transações efetuadas com partes relacionadas:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Contas a receber	Contas a Pagar	Despesas	Contas a receber	Contas a pagar	Despesas
<u>Circulante</u>						
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	-	1.631	-	-	1.756	-
Dividendos a pagar a acionistas (i)	-	1.539	-	-	9.279	-
Gama Saúde Ltda.	-	209	-	-	65	-
Qualicorp S.A. (ii)	-	127	-	-	15.818	-
Qualicorp Administração e Serviços Ltda	-	100	-	-	4.260	-
Dividendos a pagar a acionistas minoritários de controladas	-	-	-	-	1.494	-
Seripatri Participações Ltda. (iii)	-	-	(716)	-	-	(1.550)
Total circulante	-	3.606	(716)	-	32.672	(1.550)
<u>Não circulante</u>						
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	5.698	-	-	3.954	-	-
Connectmed CRC – Consultoria Adm e Tec em Saúde	875	-	-	281	-	-
Gama Saúde Ltda.	284	-	-	128	-	-
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	161	-	-	93	-	-
Qualicorp Administração e Serviços Ltda	123	-	-	81	-	-
Reembolso de provisão para risco (iv)	-	-	-	17	-	-
Total não circulante	7.141	-	-	4.554	-	-
Saldo	7.141	3.606	(716)	4.554	32.672	(1.550)

i) Juros sobre capital próprio que serão pagos como dividendos ao controlador, líquido de impostos.

ii) Na Companhia, para 31 de dezembro de 2016, refere-se substancialmente a saldo a receber de redução de capital da controlada Qualicorp Corretora no valor de R\$15.270.

iii) Em 1º de janeiro de 2010, a Companhia firmou contrato de rateio e reembolso de despesas de uso das aeronaves de propriedade da Seripatri Participações Ltda. (“Seripatri”) para atendimento, quando necessário, a seus administradores, visto que a Seripatri é quem arca com todos os custos e despesas comuns decorrentes desses bens. O total de despesas ocorridas no período foi de R\$716 (R\$1.550 em 2016).

iv) Refere-se a direito de reembolso relativo a provisão para riscos contingentes junto ao ex-controlador da controlada G.A Corretora de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A.

12.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do conselho de administração, o diretor-presidente e os diretores estatutários e não estatutários.

A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:



	Controladora		Controladora	
	31/12/2017		31/12/2016	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Benefícios de curto prazo a administradores (*)	1.242	41.205	9.669	36.880
Remuneração baseada em ações	-	6.165	-	11.279
Saldos	1.242	47.370	9.669	48.159

(*) A despesa com remuneração de conselho de administração é constituída de valor fixo; e para os diretores é constituída por valores fixos e variáveis, com base em performance e metas globais anuais aprovadas em Conselho.

13. Investimentos

	Controladora	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	
Participações societárias			
GA Corretora de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A.	-	50.241	-
Total de participações societárias	-	50.241	-
Outros investimentos	174	174	174
Total de outros investimentos	174	174	174
Total dos investimentos	174	50.415	174

As principais informações relacionadas aos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são as seguintes:

	G.A. Corretora	Outros	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2017			
Capital social	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	-
Lucro (prejuízo) do semestre	-	-	-
Informações sobre os investimentos:			
Quantidade de cotas/ações	10.000	-	-
Movimentação do investimento:			
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2017	50.241	174	50.415
Exercício de opção de compra (nota explicativa nº 1.b.i)	3	-	3
Baixa Investimento por Incorporação	(52.593)	-	(52.593)
Distribuição de dividendos	(29.051)	-	(29.051)
Equivalência patrimonial (i)	31.400	-	31.400
Equivalência patrimonial sobre participações societárias	31.858	-	31.858
Amortização do intangível - relacionamento com clientes	(693)	-	(693)
IR/CS diferido sobre amortização do intangível - relacionamento com clientes	235	-	235
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2017	-	174	174

i. O montante da equivalência patrimonial da GA Corretora ocorreu até a data de sua incorporação.



14. Imobilizado

A Companhia não apresentou variações relevantes neste período, sendo R\$8.212 de adições (R\$1.788 em 2016), R\$300 de baixas líquidas (R\$14 em 2016) e R\$5.904 de depreciação (R\$5.954 em 2016), no consolidado. O total consolidado líquido é R\$ 38.980. A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado no mínimo anualmente. Durante o período corrente, a Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil-econômica para os itens apresentados no grupo de ativo imobilizado.

15. Intangível

Consolidado	Taxa anual de amortização - %	Custo					Amortização					Saldo Líquido
		Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2017	
Ágio na aquisição de investimentos alocados a títulos de rentabilidade futura:	-											
Salutar incorporada (iv)	-	52.004	-	-	-	52.004	-	-	-	-	-	52.004
Grupo Padrão (iv)	-	48.023	-	-	-	48.023	-	-	-	-	-	48.023
GA Consultoria, Administração e Serviços S.A (iv)	-	44.074	-	-	-	44.074	-	-	-	-	-	44.074
Praxisolutions Consul. Neg. Corre. Seg. (iv)	-	21.184	-	-	-	21.184	-	-	-	-	-	21.184
Athon, Bruder SP e Bruder RJ incorporada por controlada (iv)	-	4.886	-	-	-	4.886	-	-	-	-	-	4.886
Total ágio		170.171	-	-	-	170.171	-	-	-	-	-	170.171
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (iii)	20	185.377	-	-	-	185.377	(152.390)	(11.362)	-	(148)	(163.900)	21.477
Direito de exclusividade	20	176.019	-	-	-	176.019	(85.387)	(26.172)	-	-	(111.559)	64.460
Softwares em uso (i)	20	64.706	4.173	8.198	(227)	76.850	(39.502)	(11.416)	-	223	(50.695)	26.155
Software em desenvolvimento (ii)	-	11.646	27.213	(8.198)	(5)	30.656	-	-	-	-	-	30.656
Marcas e patentes	-	3	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Salutar	10	53.316	-	-	-	53.316	(37.321)	(5.332)	-	-	(42.653)	10.663
Athon, Bruder SP e Bruder RJ	10	7.775	-	-	-	7.775	(6.307)	(608)	-	-	(6.915)	860
GA Consultoria, Administração e Serviços S.A..	20	5.929	-	-	-	5.929	(5.237)	(692)	-	-	(5.929)	-
Relac. Cliente - Grupo Padrão	20	3.482	-	-	-	3.482	(3.134)	(348)	-	-	(3.482)	-
Total outros ativos intangíveis		508.253	31.386	-	(232)	539.407	(329.278)	(55.930)	-	75	(385.133)	154.274
Total ativos intangíveis		678.424	31.386	-	(232)	709.578	(329.278)	(55.930)	-	75	(385.133)	324.445

- i. Gastos com aquisição de licenciamento de software para utilização da Companhia.
- ii. Está representado por gastos de desenvolvimento de novo sistema operacional, adquiridos de terceiros e que serão amortizados a partir do início da utilização. Para o ano de 2017 foram reclassificados em software em uso o montante de R\$8.198.
- iii. Refere-se à contratos de cessão de direitos e obrigações.



iv. Teste de perda por redução ao valor recuperável do Ágio

A Companhia realizou o teste do valor recuperável do ágio, alocados às UGCs (unidades geradoras de caixa) dos segmentos de Afinidades e Empresarial, calculando o valor em uso por projeções de fluxo de caixa futuro descontado, para um período de 10 anos, utilizando as seguintes premissas:

Receitas	Para o exercício de 2018 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia com base nos fatores de crescimento das receitas entre os exercícios de 2018 e 2028 e que foram apurados (pro-rata temporis) baseando-se em projeções de crescimento do mercado na área de comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde.
Despesas	As despesas fixas, que são aquelas que não crescem proporcionalmente as Receitas, tais como folha de pagamento (despesas com pessoal), serviços de terceiros e despesas de ocupação decorrente de alugueis, entre outras, consideradas na projeção de 2018 a 2028, foram estimadas com base no crescimento equivalente à inflação projetada no período.
Tributos	Os tributos sobre o lucro foram calculados com base no EBT (<i>Earnings Before Taxes</i>), descontando-se as despesas não dedutíveis e as receitas não tributáveis, derivadas do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 13% a.a, após os impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).
Perpetuidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 3% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo de 4,25% ao ano mais expectativa de crescimento do PIB de 3%, tendo como fonte principalmente projeções do Banco Central.
Fontes	O trabalho de mensuração utilizou como base informações financeiras e operacionais históricas, bem como informações públicas sobre o setor de atuação da Companhia, além de informações econômicas publicadas por instituições como IPEA, BACEN e Bloomberg.

Em seu teste com data base em 31 de dezembro de 2017 e 2016, A Companhia concluiu que não há indícios de perdas por “impairment”, a serem reavaliadas tendo em vista que o valor em uso excedeu o valor contábil.

16. Debêntures

As debêntures emitidas no âmbito da emissão possuem as seguintes características:

Debêntures	Quantidade	Vlr Nom. unitário	Vigência	Espécie	Remuneração
4ª emissão (*)	26.100	10	19/10/2016 a 04/11/2019	Quirografária	100% do CDI + “spread” 1,30% a.a.

(*) Em 19 de outubro de 2016, a Companhia firmou o instrumento particular da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória de sua controladora Qualicorp S.A., que foi aprovada em AGE realizada na mesma data.

A emissão possui as seguintes características:

A efetiva emissão das debêntures ocorreu dia 19 de outubro de 2016, o valor nominal unitário das debêntures foi de R\$10.000,00, sendo emitidas 26.100 (vinte e seis mil) debêntures, totalizando o montante de R\$261.000. Os juros serão pagos semestralmente, nos meses de maio e novembro de cada ano.

Prazo e vencimento: 36 meses, vencendo-se, portanto, em 4 de novembro de 2019.

Amortização: O valor nominal das debêntures não será amortizado, sendo integralmente pago na data de vencimento das debêntures.

Cronograma de vencimentos e composição da dívida



	Controladora		VENCIMENTO
	31/12/2017	31/12/2016	
Remuneração a pagar	3.174	5.787	
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(1.048)	(1.030)	
CIRCULANTE	2.126	4.757	
Debêntures parcela única	261.000	261.000	04 de Novembro de 2019
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(960)	(2.007)	
NÃO CIRCULANTE	260.040	258.993	
TOTAL	262.166	263.750	

As demais informações referentes as debêntures (individual e consolidado) não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Movimentação das Debêntures	Controladora	
	31/12/2017	
Saldo no início do exercício	263.750	
Pagamento de juros	(31.593)	
Apropriação de juros passivos (nota explicativa nº25)	28.979	
Apropriação de despesas (custos na captação)	1.047	
Custo de repactuação	(17)	
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	262.166	

17. Obrigações com Pessoal

	31/12/2017	31/12/2016	Consolidado
	Controladora	Controladora	
Provisão de Programa de Participação nos Resultados - PPR (i)	36.573	31.432	29.772
Provisão para férias e encargos	3.195	6.763	6.763
Salários a pagar	3.155	2.644	4.304
Outros	201	229	229
Total	43.124	41.068	41.068

- i. Refere-se à provisão para pagamento de participação nos resultados, com base nas políticas da Companhia. Para o saldo de 2016, foi pago até 30 de abril de 2017. Para o exercício de 2017 o montante será pago até 15 de abril de 2018.



18. Débitos Diversos

	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE			
Fornecedores diversos (i)	7.426	874	875
Comissões a pagar	5.972	5.196	5.378
Aquisição de intangível a pagar (ii)	1.707	2.368	8.619
Aluguel a pagar e Adiantamento de Clientes	208	1.316	1.665
Outros valores	2.062	3.699	3.696
TOTAL CIRCULANTE	17.375	13.453	20.233

- i. Para 2017, o saldo desta conta é composto neste exercício basicamente por consultoria a pagar, fornecedores diversos, publicidade e propaganda, serviços de informática e tele atendimento. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo desta conta era composto basicamente por fornecedores diversos.
- ii. No Consolidado de 2016, refere-se basicamente, ao saldo a pagar do contrato de cessão de direitos e obrigações.

19. Provisão para Riscos

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias cíveis e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião dos advogados internos, externos e estimativas da Administração da Companhia, foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Cíveis (ii)	534	466	466
Tributárias (iii)	-	99	116
Trabalhistas e previdenciárias (i)	3.088	1.818	1.818
Provisão de Sinistralidade Gama GSP	-	480	480
Total	3.622	2.863	2.880

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2017 no consolidado:

- i. A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento da variação da porcentagem das comissões a consultores internos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$3.088 (R\$1.818 em 2016) para as provisões para riscos trabalhistas e previdenciários. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$34.660 (R\$24.048 em 2016), não foram constituídas provisões.
- ii. A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$534 (R\$466 em 2016) avaliados como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R\$206 (R\$41 em 2016) avaliados como perda possível, para os quais não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS, cuja responsabilidade dessa obrigação recai, única e exclusivamente, sobre as operadoras de planos de assistência à saúde, conforme legislação em vigor; (ii) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual do indivíduo; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) reajuste anual e (v) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança junto ao Serasa de mensalidades em atraso



não quitadas

- iii. Refere-se, substancialmente, às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias e para as quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados provisionados em 2017 (R\$116 em 2016), e avaliados como perda possível R\$480 onde R\$ 434 refere-se a auto de infração de ágio, para os quais não foram constituídas provisões.
- iv. A partir de 1º de abril de 2016 a coligada Gama constituiu um novo modelo de assistência à saúde, denominado Gama Saúde GSP, da qual parte dos colaboradores do Grupo Qualicorp estão participando, portanto sendo beneficiários exclusivos dessa nova modalidade. Tendo como base o histórico de sinistralidade dos beneficiários no plano anterior e em conjunto com dados atuariais, foi constituída uma provisão para risco desse plano, que tem por objetivo cobrir futuros custos com as sinistralidades de assistência à saúde desses colaboradores. Esta provisão foi revertida à medida que houve apresentações dos custos reais da sinistralidade desta carteira nesta nova modalidade, demonstrando que não há necessidade de tal provisão.

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados:

	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
Trabalhistas e previdenciárias (i)	1.818	5.088	(3.818)	3.088
Provisão de Sinistralidade Gama GSP	480	-	(480)	-
Cíveis (ii)	466	84	(16)	534
Tributárias (iii)	116	2	(101)	-
Total	2.880	5.174	(4.415)	3.622

20. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social, era representado por R\$7.736 totalmente subscrito e integralizado, representado por 287.468.603 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia é a seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

Acionistas	Ações ordinárias
Qualicorp S.A.	287.468.603

Reserva legal

Conforme estabelece o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social; reserva de lucros a realizar; ou reserva para contingência.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.



A controlada GA (incorporada) distribuiu dividendos aos sócios não controladores no valor total de R\$8.943 e de 26.829 para Qualicorp Corretora (vide nota explicativa nº 13). Os valores foram distribuídos conforme a participação societária dos sócios, sendo 25% para os sócios minoritários e 75% para os sócios majoritários até 30 de setembro de 2017 e total às controladas diretas de 1º de outubro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

A Companhia aprovou através das AGE de 28 de dezembro de 2017, o pagamento do montante de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 1.810.

21. Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações

Até 31 de dezembro de 2017, foram alocadas despesas de apropriação de opções outorgadas pela Companhia no montante de R\$6.633 (R\$12.316 em 2016) e a movimentação das opções de compra de ações outorgadas no exercício é a seguinte:

Preço de exercício médio ponderado	Volatilidade média ponderada estimada do preço da ação	"Dividend yield" esperado das ações	Valor justo na data da concessão	Taxa de retorno livre de risco	Taxa de abandono	Data e validade	Quantidade de opções	Exercidas	Canceladas	Saldo
7,21	42,91%	0,03%	4,12	11,89%	0%	03/03/2016	3.814.707	(3.028.993)	(785.714)	-
9,52	43,67%	0,03%	3,84	11,67%	0%	31/05/2016	33.475	-	(33.475)	-
16,58	39,54%	0,00%	4,91	3,07%	5%	30/04/2017	1.352.663	(1.033.474)	(319.189)	-
19,2	37,67%	0,00%	4,37	2,34%	35,67%	22/10/2017	142.857	(142.857)	-	-
2,8	37,55%	0,00%	16,87	3,12%	0%	22/10/2017	1.172.543	(1.172.543)	-	-
21,3	36,99%	0,00%	4,4	2,34%	35,67%	16/11/2017	350.000	(87.500)	(262.500)	-
16,79	33,71%	2,37%	8,63	4,51%	23,70%	31/10/2017	10.333.000	(7.183.000)	(3.025.000)	125.000
16,79	32,81%	0,00%	7,65	5,27%	23,70%	18/02/2017	200.000	(50.000)	(150.000)	-
18,41	32,64%	2,37%	7,83	5,19%	23,70%	31/03/2018	1.650.000	(662.500)	(987.500)	-
20	33,00%	2,37%	9,72	5,17%	23,70%	13/06/2018	6.680.000	(4.314.000)	(2.366.000)	-
26,39	32,70%	2,37%	8,8	5,07%	23,70%	12/08/2018	650.000	(212.500)	(300.000)	137.500
25,8	32,01%	2,37%	8,23	5,45%	23,70%	04/11/2018	4.000.000	(1.637.500)	(1.000.000)	1.362.500
15,95	33,32%	2,37%	3,55	7,05%	23,70%	16/12/2019	750.000	(350.000)	(100.000)	300.000
16,18	43,98%	2,37%	19,35	5,85%	23,70%	30/04/2017	3.170.000	(3.132.500)	-	37.500
18,81	46,52%	2,37%	19,72	5,67%	32,22%	18/01/2021	1.000.000	-	-	1.000.000
16,12							35.299.245	(23.007.367)	(9.329.378)	2.962.500

Para 31 de dezembro de 2017, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 600 dias (464 em 2016).

22. Custo dos Serviços Prestados

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2017		31/12/2016	
Gastos com pessoal (i)	42.155	42.155	41.458	41.458
Gastos com serviços de terceiros (i)	20.285	20.285	11.106	11.106
Gastos com ocupação (i)	5.144	5.144	4.349	4.349
Outros	4.122	4.122	2.152	2.152
Total	71.706	71.706	59.065	59.065

- (i) O aumento em gastos com serviços de terceiros deve-se, principalmente ao aumento de contratações referente à expansão de novos projetos corporativos e em tecnologia da informação



23. Despesas Administrativas

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2017		31/12/2016	
Gastos com depreciações e amortizações	58.942	61.834	61.392	64.665
Gastos com pessoal	65.135	65.135	54.100	54.100
Gastos com serviços de terceiros (i)	17.502	18.915	14.910	15.785
Outras despesas administrativas	10.771	11.220	10.277	10.676
Gastos com ocupação	3.742	3.924	5.120	5.198
Total	156.092	161.028	145.799	150.424

- i. O crescimento dos gastos nas linhas de Pessoal e Serviços de Terceiros deve-se substancialmente à transferência dos colaboradores da parte relacionada Qualicorp Administradora de Benefícios realizado até abril de 2016. Em 2017 essas despesas impactaram os resultados dessa coligada durante os 12 meses, diferente do ano anterior que absorveu essas despesas somente após a transferência

24. Despesas Comerciais

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2017		31/12/2016	
Comissão de terceiros (i)	118.308	118.816	121.444	122.749
Gastos com pessoal (ii)	44.658	44.658	56.539	56.539
Campanha de vendas(iii)	34.663	34.663	56.547	56.547
Publicidade e propaganda (iv)	17.611	17.611	19.274	19.274
Gastos com serviços de terceiros	8.774	8.774	11.317	11.317
Outros despesas comerciais (iv)	17.637	17.637	20.766	20.768
Total	241.651	242.159	285.887	287.194

- i. A redução em comissão de terceiros deve-se, principalmente a renegociação de contratos e cancelamento de contratos vitalícios.
- ii. A redução em gastos com pessoal, deve-se principalmente a redução nos gastos fixos de pessoal da área comercial adotado pela Companhia.
- iii. A redução dos gastos com campanha de vendas deve-se, principalmente, ao menor volume de vendas e premiações de vendas.
- iv. A redução em gastos de Publicidade e Propaganda deve-se a estratégia da Companhia em otimizar os custos de mídia voltado para vendas.



25. Receitas (Despesas) Financeiras

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2017		31/12/2016	
Receitas financeiras:				
Mutuo (i)	-	-	17.519	17.519
Rendimentos com aplicações financeiras (ii)	4.835	5.594	15.390	15.743
Atualização monetária de tributos a compensar	5.344	5.462	3.424	3.424
Outras Receitas	5	5	2.186	2.185
Atualização monetária	497	497	148	148
Descontos obtidos	4	25	145	152
Total de receitas financeiras	10.685	11.583	38.812	39.171
Despesas financeiras:				
Atualização monetária sobre debêntures (nota explicativa nº 16)	(28.979)	(28.979)	(58.080)	(58.080)
Atualização monetária sobre opções de compra de participação dos não controladores	(5.960)	(5.960)	(4.486)	(4.486)
Outros	(3.344)	(3.361)	(7.206)	(7.206)
Total de despesas financeiras	(38.283)	(38.300)	(69.772)	(69.772)
Resultado financeiro	(27.598)	(26.717)	(30.960)	(30.601)

- i. Em 2016 foi firmado contrato de mútuo entre a Companhia e a controlada Qualicorp Corretora, no valor de R\$165.211 cujo vencimento do contrato foi em 16 de janeiro de 2017, gerando despesas com IOF e despesa financeira com mútuo
- ii. Devido a redução da Taxa Cetip em 2017 e no montante aplicado durante o ano os rendimentos de aplicações foram inferiores a exercício anterior.

26. Outras Receitas (Despesas) Líquidas

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2017		31/12/2016	
Reversão (provisão) de despesas relativas a provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.238)	(1.238)	3.922	3.922
Provisão por redução ao valor recuperável (i)	(842)	(842)	(3.779)	(3.779)
Outras despesas operacionais	(497)	(497)	(82)	(82)
Outras receitas operacionais	575	575	916	916
Total	(2.002)	(2.002)	977	977

- i. Para 2017, refere-se basicamente à R\$694 ref. *impairment* de adiantamento à corretores. Para 2016 a Companhia detectou a necessidade de "impairment" da carteira Newport no valor de R\$3.692.



27. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2017		31/12/2016	
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	191.617	204.455	163.934	175.944
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº13)	(30.659)	-	(22.025)	-
Subtotal	160.958	204.455	141.909	175.944
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(54.726)	(69.515)	(48.249)	(59.821)
Despesas não dedutíveis - outras	(5.149)	(5.149)	(555)	(555)
Perdas com Créditos Incobráveis	(86)	(86)	-	-
Juros sobre capital próprio	615	615	3.711	3.711
Incentivo fiscal	915	915	451	451
Resultado empresas tributadas pelo lucro presumido	-	9.244	-	-
Provisão "impairment"	-	-	-	10.746
Ágio (i)	-	-	79.254	79.254
Outros	(215)	(467)	(1.206)	(4.788)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(58.646)	(64.443)	33.406	28.998
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	(36,44%)	(31,52%)	(23,54%)	(16,48%)

- i. Após a entrada em vigor da Lei nº 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627/13), publicada em 14 de maio de 2014, a Companhia revisou as bases fiscais de certos intangíveis decorrentes de combinações de negócios.

28. Seguros

A Companhia mantém seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas e são consideradas suficientes pela administração, como segue:

Ítems	Tipo de cobertura	Importância segurada
Garantia de processos administrativos (i)	Garantia decorrente a processos administrativos – Órgão Público	453.425
Edifícios, instalações, maquinismos, veículos, móveis e utensílios.	Quaisquer danos materiais a edificações, lucros cessantes decorrentes de incêndios, instalações, máquinas e equipamentos, responsabilidade civil, operações e empregador.	6.115
Garantia de obras civis	Garantia de obras civis, não estrutural - Nova Sede Qualicorp	4.510

- i. A Companhia firmou novos seguros sobre garantia judicial para execução fiscal. Este seguro garante única e exclusivamente, os débitos oriundos da discussão de dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL, das despesas com Ágio no calendário de 2015 a 2017.

29. Informações Descritivas Sobre os Segmentos Reportáveis

- i. Descrição dos serviços que são responsáveis pelas receitas do segmento reportável

A Companhia e sua controlada GA Corretora (Incorporada) possuem um segmento reportável, sendo ele o "Segmento Afinidades e Empresarial".



As Corretoras são responsáveis pela distribuição (comercialização) dos planos coletivos por adesão e empresarial, em que as principais atividades são: identificação do público-alvo, sendo ele os associados das entidades e/ou pessoas elegíveis aos quadros associativos das respectivas; definição da estratégia de marketing e modelo de distribuição; oferta dos planos coletivos por adesão e empresarial aos potenciais clientes através de canal de distribuição próprio ou através de outras corretoras de seguros credenciadas.

ii. Mensuração de lucro, ativos e passivos por segmento operacional

As políticas e práticas contábeis do Segmento Afinidades são as mesmas descritas na nota explicativa nº 3. A Companhia avalia o desempenho do segmento reportável com base no lucro antes dos juros, no resultado financeiro, na depreciação, na amortização e nas provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Também não faz parte do resultado por segmento as provisões para riscos. As despesas administrativas compartilhadas não são alocadas aos segmentos.

iii. Fatores utilizados pela Administração para identificar o segmento

O Segmento Afinidades é a unidade de negócio que concentra 94,7% (91,08% em 31 de dezembro de 2016) do resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2017. Esta unidade é gerenciada separadamente dentro do modelo de gestão utilizado pelos administradores da Companhia.

O Segmento Afinidades utiliza a maior parte dos recursos da Companhia, como por exemplo, investimentos em tecnologia da informação, verbas de comercialização, dispêndios em publicidade e conseqüentemente a maior parte do tempo dos gestores, principalmente nas atividades relacionadas com a elaboração e monitoramento do planejamento estratégico.

Todas as receitas e despesas diretas dos segmentos são identificadas no sistema ERP - RM, que possui arquitetura de centro de custos elaborada exclusivamente para a identificação dos segmentos e demais despesas não alocadas.

iv. Receita bruta e líquida por tipo de serviços prestado

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2017		31/12/2016	
Receita operacional bruta:				
Corretagem	594.794	632.764	586.211	617.313
Agenciamento	130.473	138.614	137.783	142.488
Consultoria em gestão de benefícios	6.097	11.070	7.882	14.081
Receita de franquias	37	37	30	30
Total da receita operacional bruta	731.401	782.485	731.906	773.912
Deduções da receita operacional bruta:				
Impostos sobre faturamento	(71.692)	(73.897)	(67.357)	(69.234)
Devoluções e cancelamentos	(315)	(315)	(428)	(428)
Total das deduções da receita operacional bruta	(72.007)	(74.212)	(67.785)	(69.662)
Receita operacional líquida	659.394	708.273	664.121	704.250

v. Informações sobre lucro, ativos e passivos do segmento reportável

O quadro a seguir demonstra a composição dos itens relacionados ao segmento reportável, as despesas e/ou receitas não alocadas estão demonstradas no item "f", conciliação de receitas, lucro, ativos e passivos.



	Consolidado 31/12/2017			Consolidado 31/12/2016		
	Segmento afinidades	Demais segmentos	Total	Segmento afinidades	Demais segmentos	Total
Receita líquida	670.903	37.370	708.273	641.426	62.824	704.250
Custos dos serviços prestados	(78.236)	(19.301)	(97.537)	(30.872)	(28.193)	(59.065)
Receitas (Despesas) operacionais	(223.060)	(14.525)	(237.585)	(268.077)	(12.626)	(280.703)
Despesas comerciais	(222.854)	(14.525)	(237.379)	(266.148)	(12.626)	(278.774)
Perdas com créditos incobráveis	(206)	-	(206)	(1.929)	-	(1.929)
Resultado antes das despesas não alocadas	369.607	3.544	373.151	342.477	22.005	364.482

As informações sobre lucro, ativos e passivos dos segmentos não reportáveis (demais segmentos) são atribuíveis a quatro unidades de negócios que não representam isoladamente mais de 10% do resultado da Companhia:

- a) Segmento empresarial e PME: concentra todas as atividades relacionadas à corretagem de seguros ou intermediações de planos, bem como consultoria em benefício para clientes empresariais de grande porte ou ainda de pequeno e médio porte (PME)
 - b) Novos Produtos: concentram as atividades de comercialização de todos os produtos não relacionados a planos de saúde.
- vi. Conciliação de lucro, ativos e passivos

	Controlada	
	31/12/2017	31/12/2016
Itens não alocados		
Despesas administrativas	(130.280)	(150.424)
Despesas comerciais	(9.697)	(8.420)
Resultado financeiro	(25.975)	(30.671)
Reversão (provisão) para riscos	(1.238)	3.922
Outras receitas (despesas), líquidas	(763)	(2.945)
Total	(167.953)	(188.538)
Resultado antes IR e CSLL	205.198	175.944
(-) IR e CSLL	(64.444)	28.998
Participação dos minoritários	(7.783)	(7.602)
Lucro líquido	132.971	197.340

	Controlada	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Total do segmento reportável	240.700	284.756
Demais segmentos	21.184	21.184
Itens não alocados	309.501	215.996
Total	571.385	521.936

	Controlada	
	31/12/2017	31/12/2016
Passivos		
Total do segmento reportável	263.745	296.299
Itens não alocados	307.640	225.637
Total	571.385	521.936



vii. Informações geográficas do segmento reportado

A Companhia possui todas as suas atividades no mercado interno e o segmento afinidades apresenta a distribuição do seu faturamento nas seguintes unidades federativas:

Segmentação Regionalizado (Consolidado)	31/12/2017		31/12/2016	
	Vidas	% Partic. Mercado	Vidas	% Partic. Mercado
Sudeste	1.142.855	73,35%	1.352.922	75,50%
Nordeste	244.865	15,71%	243.292	13,60%
Centro Oeste	107.378	6,89%	125.132	7,00%
Sul	42.659	2,74%	46.721	2,60%
Norte	20.467	1,31%	22.930	1,30%
Total do segmento Afinidades	1.558.224	100,00%	1.790.997	100,00%

viii. Informações sobre os principais clientes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os principais clientes do Segmento Afinidades originaram faturamentos de R\$131.807, R\$126.530 e R\$122.244 (de R\$52.182, R\$46.609 e R\$42.091 em 31 de dezembro de 2016) o que corresponde a uma participação de 6,36%, 6,11% e 5,90% (7,40%, 6,61% e 5,97% em 31 de dezembro de 2016) sobre o faturamento consolidado do segmento Afinidades.

30. Despesas por Natureza

A demonstração do resultado é apresentada por função. Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Gastos com pessoal	151.948	151.948	152.099	152.097
Comissão de terceiros	118.308	118.816	121.444	122.749
Depreciação e amortização	58.942	61.834	62.577	64.664
Campanha de vendas	34.663	34.663	56.547	56.547
Gastos com serviços de terceiros	46.561	47.974	37.333	38.208
Publicidade e propaganda	17.611	17.611	19.274	19.274
Gastos com ocupação	13.980	14.162	14.507	14.586
Outros	27.436	27.885	28.156	28.558
Total	469.449	474.893	491.937	496.683

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conforme demonstração de resultado:				
Despesas comerciais	241.652	242.159	285.887	287.194
Despesas administrativas	156.091	161.028	146.985	150.424
Custos de serviços prestados	71.706	71.706	59.065	59.065
Total	469.449	474.893	491.937	496.683



31. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui os seguintes compromissos relevantes:

- i. Contratos de locação de seus escritórios: os compromissos já assumidos para exercício social 2018 totalizam R\$626, R\$626 para 2019 e para 2020 R\$589 (não auditados)

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2017 foram de R\$11.668 (R\$10.966 em 2016).

- ii. Planejamentos para aquisição de bens do ativo intangível (software em desenvolvimento) previstos para exercício social de 2017 somam R\$35.000, para 2018 R\$37.000 e R\$35.000 para 2019 (não auditados).
- iii. Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de aproximadamente R\$ 769 para o ano de 2017.

O contrato foi assinado em 1º de abril de 2014 e terá prazo de cinco anos.

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2017 foram de R\$2.010 (R\$2.247 em 2016).

32. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2018,
